



PRODUÇÃO LEITEIRA: ENTRAVES NA MANUTENÇÃO DOS PRODUTORES NA ATIVIDADE NO RIO GRANDE DO SUL

**Leticia Maiara Schu
Rosani Marisa Spanevello
Carina Gandin Stefanello
Menigui Spanevello Dalcin**

Resumo: O Rio Grande do Sul está entre os estados brasileiros com maior produção de leite. No entanto, nos últimos anos tem diminuído o número de produtores na atividade. Segundo os dados do Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite no Rio Grande do Sul – 2021, entre 2015 e 2021, cerca de 44 mil produtores deixaram a atividade. De acordo com a literatura revisada, as principais dificuldades que fazem os produtores desistirem da atividade são, principalmente a infraestrutura da propriedade, envolvendo a falta de mecanização da atividade, a falta de mão de obra familiar ou a própria desistência dos filhos em continuar com a produção leiteira, a legislação, em especial as normativas, e a questão da comercialização associado a instabilidade do preço. Como conclusão, aponta-se que a desistência dos produtores pela atividade se dá por distintos fatores, tanto internos como externos as propriedades e a atividade.

Palavras-chave: Produção Leiteira. Fatores Negativos. Descontinuidade.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, considerando seu tamanho continental e as propícias condições de relevo e clima, se destaca pela qualidade e quantidade produtiva na área do agronegócio, produzindo alimentos a nível nacional e internacional de acordo com exportações. Em função de sua amplitude, o agronegócio é formado por ramificações, estas denominadas de setores produtivos, como a produção agrícola, pecuária de corte, pecuária de leite e demais tipos de atividades ligadas ao agronegócio, responsáveis por participação direta na responsabilidade social do país, através da geração de empregos, renda e a manutenção da população como um todo. Um das

Segundo a Emater/RS- Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (2019) existem no Estado 65.202 produtores de leite vinculados às indústrias, distribuídos em 465 municípios, representando 93,6% do total. Outros 11.339 produtores obtêm renda da atividade através da venda de leite cru ou de

derivados lácteos de fabricação caseira diretamente aos consumidores, totalizando 76.541 produtores gaúchos que possuem no leite uma atividade econômica. Dos produtores de leite vinculados às indústrias, 35.802 produtores, ou 54,9% do total, produzem até 150 litros de leite/dia, enquanto que, apenas 11.831 produtores (18,1%) produzem mais de 300 litros de leite/dia.

Uma das questões recentes relacionadas a produção leiteira tem sido preocupação com a manutenção dos produtores na atividade. Segundo dados do Relatório Socioeconômico da Emater/RS de 2021, nos últimos seis anos, houve uma queda de 52,28% no número de produtores de leite no estado. Em 2021, havia 40.182 produtores, 10.482 a menos que em 2019 (data do último relatório) e 44.017 a menos do que em 2015, quando se iniciou a pesquisa. O Relatório revela ainda que o rebanho leiteiro do estado encolheu 25,94% desde 2015, saindo de 1.174.762 milhão de cabeças para 870.060 mil em 2021. Em contrapartida, a produção do segmento teve uma queda discreta em relação à redução de produtores, de 3,15%, passando de 4,21 milhões de litros em 2015 para 4,07 milhões de litros em 2021, o que comprova o avanço nas produtividades por propriedade. Segundo ainda o mesmo Relatório fatores como: custos elevados, falta de sucessão geracional, valorização de preços de grãos como soja e pecuária de corte estão entre os motivos da redução de produtores na produção leiteira.

Este artigo tem como principal problemática analisar, a partir de revisão bibliográfica, quais são as principais dificuldades/entraves que fazem os produtores de leite deixar a atividade no Rio Grande do Sul. O objetivo geral do trabalho é analisar as dificuldades que

desestimulam os produtores de leite a seguir na atividade. Para a elaboração deste trabalho foram selecionadas referências bibliográficas a partir do ano 2015 que tratam da temática da atividade leiteira, e atenderam ao meu objetivo. Foram utilizados material bibliográfico (capítulos de livros, artigos), dados de instituições de pesquisa e dados sobre produção e produtores disponibilizados pela Emater – RS.

A atividade leiteira é uma atividade tradicional na produção agropecuária do RS, especialmente na metade norte. É um sistema produzido em propriedades de diferentes tamanhos e com grau de tecnificação variado. Entre as principais vantagens da atividade leiteira para os produtores estão a de ser uma fonte de renda mensal e segura para as famílias. No entanto, fatores externos a propriedade como preços, problemas com clima e mesmo internos como falta de recursos financeiros tem limitado os produtores a seguir na atividade, e como um s fatores internos a sucessão geracional também se mostra um problema constante.

2 CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E INDICADORES NO RIO GRANDE DO SUL

Compondo uma das várias ramificações do agronegócio, a cadeia de produção de leite possui, como já destacado, particularidades importantes de serem consideradas ao longo de todo o processo, sendo essas: a produção, gestão, comercialização, qualidade resultados, entre outros. A cadeia de produção leiteira é, de uma forma geral, descrita por Brum (2012) como um processo formado por operações e procedimentos em conjunto de relações comerciais, financeiras, produtivas, as quais estabelecem distintas transformações entre a ocorrência de trocas entre consumidores, fornecedores e produtores, como no caso da produção leiteira. As operações e procedimentos presentes no contexto da produção leiteira são subdivididos em quatro etapas: produção, sistema produtivo, indústria e distribuição.

De acordo com Brum (2012), todas estas etapas dentro da cadeia de produção leiteira do Rio Grande do Sul envolvem um grande número de produtores, profissionais e consumidores, os quais elevam a cadeia produtiva através da participação. Esta cadeia de produção no estado é responsável pela geração de um número considerável de empregos e oportunidades na região, evidenciando assim a sua importância.

De acordo com Castro et al., (1998) os resultados de uma pesquisa qualitativa exploratória apresentaram um panorama geral que proporcionou a verificação da competitividade do complexo da cadeia de produção de leite no estado gaúcho. A pesquisa teve como foco os seguintes pontos: estrutura da cadeia de produção do estado, processos

de produção, elos da cadeia, industrialização, distribuição em conjunto com as mudanças no ambiente econômico do estado, bem como as perspectivas para a atividade do período analisado.

Atualmente, o setor leiteiro passou por uma nova configuração e teve um avanço significativo em termos de produção. Contudo, de acordo com Mattos e Brum (2017) o cenário atual da produção leiteira do Rio Grande do Sul, no que se refere ao volume de produção, além de constantes avanços, necessita ainda ampliar o uso tecnológico voltado para o aumento da qualidade do leite, afim de potencializar os ganhos dos produtores no que tange ao crescimento da produtividade leiteira e, conseqüentemente, o resultado líquido. Os autores ressaltam ainda que, através da atuação constante de cooperativas e demais empresas do meio técnico voltado para contribuir na assistência, fornecimento de tecnologia e demais ações, é possível alcançar um desenvolvimento significativo nesta cadeia no estado.

Após o ano de 2000, o estado gaúcho, como já destacado, alcançou um espaço de destaque na produção leiteira nacional, realidade que evidencia não só as potencialidades do agronegócio no estado, como também expõe a importância da produção de leite *in natura* e demais produtos lácteos para comercialização interna e externa. Tal patamar produtivo faz alusão ainda a participação do estado em todo o processo e, sobretudo, a relação direta e

responsabilidade social frente a geração de emprego e renda para a população gaúcha. (MATTOS; BRUM, 2017).

No que tange à distribuição da produção no estado, a região Noroeste se destaca em termos quantitativos no volume de produção, sendo esta região a responsável pela maior bacia leiteira atual do estado. Segundo Mattos e Brum (2017), a região em destaque comporta pequenas propriedades produtoras. A respeito desta particularidade, é importante ressaltar que, de acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater (2015), apesar da maioria das propriedades serem de pequeno a médio porte e atuantes aptos na produção do leite, estas são direcionadas a atuação em conjunto através da organização em cooperativas, que fazem a captação do leite e a sua comercialização. Nessa logística, garante-se um volume significativo em destaque em litros de leite produzidos, o que possibilita atender a demanda industrial da região em consumo interno.

Diante disso, é possível ressaltar que a cadeia de produção leiteira do estado do RS é alicerçada por pequenas e médias propriedades rurais, suprindo toda a demanda de necessidade de produção. Todos os elos da cadeia produtiva são, portanto, de suma importância para atendimento, mensuração de métricas, gestão, e demais ações que visem orientações especializadas para a produção (BRUM, 2012).

De acordo com Medeiros e Brum (2015) a cadeia produtiva do leite dentro do estado do Rio Grande do Sul necessita, de forma constante, de melhorias advindas do arcabouço tecnológico, a fim de mantê-la apta e atualizada para potencializar resultados e o processo como num todo. Como exemplos, destacam-se algumas etapas que podem ser melhoradas com o uso de tecnologias inovadoras: comercialização de insumos, produção quantitativa de litros de leite e subprodutos lácteos, transporte, transformação industrial, comercialização e, por fim, o seu consumidor final. Porém, o produtor gaúcho enfrenta uma série de circunstâncias que o levam a depender das variações e sazonalidade do mercado.

Atualmente o Rio Grande do Sul mantém um rebanho bovino de 12.551.432 cabeças, aproximadamente 6,5% do rebanho brasileiro. Estes são alojados principalmente em propriedades no Oeste e no sul do estado, nos quais existe a presença de campos limpos, com características do ecossistema pampa e integrado às produções de arroz. O rebanho leiteiro corresponde a aproximadamente 1,3 milhões de vacas, predominantemente formado pelas raças Jersey e Holandesas, com produtividade média de 3.839 litros/vaca/ano, ou seja, 12,6 litros/vaca/dia (IBGE, 2018).

A realidade da produção leiteira no RS evidencia a necessidade de maiores produções em escala e, conseqüentemente, um aumento na qualidade, com a necessidade da redução da sazonalidade na produção, a qual gera interferências negativas (CASTRO *et al.*, 1998).

Juntamente com estes indicadores, foram verificadas a necessidade de ampliar vantagens competitivas atuantes no período, ou seja, observando as movimentações mundiais, baseadas na mudança e preferência dos consumidores, em atendimento a demanda e as possíveis perspectivas de mercado que o futuro poderia trazer para a atividade, a análise realizada por Castro et al., (1998) identificou premissas do potencial produtivo do estado naquele período presente em um quadro da evolução da produção de leite no estado do Rio Grande do Sul quando comparado aos anos 86 a 89 e 90 a 94. É possível observar que este cenário passou por uma série de mudanças com o decorrer dos anos, para os dias atuais.

De acordo com Atlas (2019), a produção leiteira do estado do Rio Grande do Sul, em atendimento às demandas tecnológicas e internas, aderiu com grande potencial a utilização de estratégias, estas que fazem parte do agronegócio brasileiro, com o intuito de potencializar o crescimento e aumentar o destaque na produção leiteira do estado. Tais práticas vêm carretando uma grande competitividade no setor leiteiro, o que levou o estado gaúcho ao patamar de segundo maior produção do país.

De acordo com análises provenientes do Emater (2017) cerca de 424 municípios do estado do Rio Grande do Sul (86,4%) são responsáveis por algum tipo de produção leiteira, classificados pelo órgão responsável como atuante desta cadeia. Estes dados, são responsáveis pela produção a nível estadual, onde de acordo com o “Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul” o estado é o responsável pela segunda maior produção a nível estadual, ficando atrás de Minas Gerais (26,5%).

Com aproximadamente 1,3 milhões de vacas ordenhadas, o estado do Rio Grande do Sul é responsável pela produção de 4,55 bilhões de litros de leite anualmente. O estado compreende cerca de 173 mil produtores de leite, onde 65 mil fazem entregas de sua matéria prima regularmente em laticínios do estado. Responsável também pela exportação de 863 toneladas de produtos lácteos para 18 países, gerando uma receita de 7,5 milhões. Quanto a estrutura para processamento desta matéria prima, o RS conta com 35 indústrias SIF, 37 CISPOA e 153 SIM. Atualmente 60% da sua produção, é exportado para outros estados (RADIOGRAFIA DA AGROPECUÁRIA GAUCHA, 2019).

Através disto, contata-se que a cadeia produtiva de leite no estado do RS, ocupa local em destaque na produção nacional, com aproximadamente o triplo de produção atual, quando comparada ao passado, cerca de 1,2 a 1,6 bilhões de litros produzidos, de acordo com a (Figura 2). Diante disto Mattos; Brum (2017) ressaltam onde a cadeia de produção passou por várias atualizações, e conseqüentemente uma maior tecnologia e profissionalismo foi responsável por este crescimento significativo em produções e desenvolvimento, quando comparado a anos anteriores.

A produção leiteira do estado Rio grande do Sul é bem dividida, sendo as regiões responsáveis pela metade da produção anual a Fronteira Noroeste, Vale do Taquari, Serra, Produção, Celeiro, Norte e Rio da Várzea, produzindo em média 2,3 bilhões de litros de leite anualmente. Os municípios de Ibirubá, Santo Cristo e Augusto Pestana são destaque na produção com aproximadamente 50 milhões de litros, quando considerados a média entre os anos de 2016 e 2018. (ATLAS – RS, 2019)

No que tange aos produtores leiteiros, é notória a importância da cadeia produtiva de leite no estado do RS, não só para o amplo campo da economia e do setor do agronegócio local, mas também contribui para o crescimento particular de produtores rurais, indústrias, empresas, trabalhadores, demais indivíduos e, sobretudo, atende de forma significativa as demandas dos consumidores, sendo essas crianças, adultos e idosos. Entretanto, os desafios encontrados para a produção de leite tornam-se cada vez mais frequente dentro das propriedades rurais, desde o alto custo de produção, até o enfrentamento de fraudes em anos anteriores. Todos estes fatos geram preocupação aos produtores leiteiros do estado, principalmente pela necessidade de garantia da atividade ativa no mercado (MEDEIROS; BRUM (2015).

De acordo com pesquisas realizadas pela Emater (2017) é identificado que entre as propriedades produtoras de soja e trigo ocorre uma mescla naquelas que direcionam suas atividades para a produção de leite, e cerca de 86,4% são atuantes nesta atividade, as quais dependem totalmente da produção e comercialização do leite in natura.

Através de uma análise bibliográfica, pesquisa qualitativa a campo e do desenvolvimento de questionários aplicados a representantes da cadeia produtiva do leite do estado do RS, os autores Medeiros e Brum (2015) levantaram os principais desafios que produtores gaúchos enfrentam, em termos de matéria prima, qualidade, investimentos, infraestrutura, processo de comercialização, formação de preço justo, entre outros obstáculos que a produção corresponde. Através da análise, os autores constataram que a atividade leiteira no estado deverá ter um futuro promissor, mediante o seu crescimento e desenvolvimento atual. Entretanto, para que este crescimento seja consolidado, os produtores e indústrias do seguimento devem estar preparadas para o surgimento de novos desafios incluindo a competitividade ao passar por constantes volatilidades do mercado. Além disto, os autores alertam para a possibilidade de ocorrência de uma nova tendência à adequação de demanda no consumo do leite e seus derivados, acarretando em estratégias de mercado externo. A tendência poderá evidenciar produtores menos preparados, acarretando na exclusão destes do processo produtivo comercial.

Mesmo com a ciência das diversas dificuldades produtivas atuais e da certeza de

novos desafios futuros, destaca-se que, atualmente, a produção leiteira no estado continua de forma crescente mantendo seu potencial de produção. Há a utilização de cultivares de forragem, qualidade genética no rebanho, condições edafoclimáticas favoráveis, mão de obra familiar, entre outros. A respeito desse contexto, destaca-se a importância das atualizações constantes e utilização de novas práticas no processo produtivo, desde o manejo até a comercialização e consumo, a fim de prever futuros problemas, buscar soluções assertivas e, acima de tudo, aumentar os níveis produtivos e de qualidade do leite.

Contudo, nem sempre as práticas de atualização são possíveis e, diante da soma de demais obstáculos, tem-se, ao longo dos anos, uma redução significativa do número de produtores aptos, principalmente aqueles com escala menor de produção, nos quais, conseqüentemente, não conseguem manter-se ativos no mercado. A superação destes desafios depende nem sempre do produtor, mas também de um conjunto de práticas que podem alicerçar a produção no campo, como o aumento do preço de comercialização do leite, assistência de cooperativas e laticínios, acesso facilitado às novas tecnologias e práticas. Todos esses fatores oferecem o desenvolvimento de maiores chances de produção na propriedade, contando como vantagem competitiva no mercado.

3 FATORES LIMITANTES A MANUTENÇÃO NA ATIVIDADE LEITEIRA

De modo geral, Ferreira (2015) aponta as principais dificuldades encontradas dentro da cadeia produtiva do leite no estado, dentre elas, destacam-se: a escassez de mão de obra, falta de descendentes interessados na atividade, preço de comercialização do leite, infraestrutura e tecnologia.

No conjunto das análises bibliográficas realizadas foi possível identificar os fatores/dificuldades no referente a permanência na atividade sobressaindo infraestrutura das propriedades, mão de obra e sucessão geracional, legislação e comercialização e preços.

3.1 INFRAESTRUTURA DAS PROPRIEDADES

A infraestrutura envolvida diretamente na cadeia leiteira do RS, está ligada em duas esferas diferentes, sendo a primeira e infraestrutura de responsabilidade do governo estadual, como a melhoria e qualidade da pavimentação e trechos que ligam propriedades e indústrias, para que ocorra um melhor escoamento da produção. Já o que cabe direcionado a produtores, a infraestrutura das propriedades rurais, necessitam também de auxílios tecnológicos para a

sua estadia em atuação na produção de leite, aqueles que demandam de uma maior estrutura para aprimoramento de sua produção (MEDEIROS; BRUM, 2015).

No estado RS, já existem inúmeras propriedades produtoras de leite, com grandes aspectos tecnológicos proveniente de instalações modernas de última geração. Em contrapartida, existem também aquelas cujo, a infraestrutura e instalações são precárias, acarretando em baixas produções diárias, mensais ocasionando a troca de atividade da propriedade, e muitas vezes deixando de participar da cadeia da produção leiteira do estado (SCHUMACHER, 2013).

De acordo com Brum (2012) no que condiz ao desafio da infraestrutura dentro da atividade leiteira, ocorre a necessidade de uma série de atendimentos em junção a este. Dentre eles, o atendimento em vários setores da propriedade, como a melhoria na utilização da terra e das pastagens, especialização e qualidade genética dos rebanhos, capacitações de colaboradores atuantes, mesmo sendo membros da própria família, investimentos na estrutura, como galpão, barracão, ordenhadeiras, entre outros.

Entretanto Schumacher (2013) ressalta, que propriedades com problemas em infraestrutura, geralmente demandam de uma pequena produção e participação na cadeia do estado. Sendo assim é necessária a minimização de uma série de outros desafios que possam contribuir para o alcance a demais recursos, para que o produto nesta situação se torne apto novamente na atividade. A maioria destas melhorias é proporcionada através do meio financeiro econômico, sendo assim necessário o atendimento por meio de políticas públicas, fomentos e demais auxílios estes que possam ser provenientes do estado em sincronização com cooperativas e demais órgãos interessados da produção leiteira. De acordo com o relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul – 2021, os problemas infra estruturais destacados pelos produtores são: reduzida escala de produção (17,8%), deficiência na qualidade do leite (21,4%), tamanho reduzido ou inaptidão da propriedade p/a atividade, restrição no fornecimento de energia elétrica, precariedade das estradas para coleta do leite e a dificuldade de acesso ao crédito

3.2 MÃO DE OBRA E SUCESSÃO GERACIONAL

A maioria das propriedades produtoras de leite do RS, são provenientes da agricultura familiar, e conseqüentemente fazem uso desta mão de obra interna, sendo os colaboradores responsáveis pela produção os próprios membros da família (ZAGONEL, 2016). De acordo com Berro (2014) esta ação é consolidada devido a atividade leiteira, ser uma das principais atividades de renda dos produtores da região, assim impactando de forma direta no

desenvolvimento do estado, sendo que um dos principais fatores determinantes para esta atividade é a mão de obra específica.

De acordo com Ferraza (2015) uma das principais fraquezas do setor leiteiro do RS, é a falta da mão de obra qualificada, visto que esta prática ocupa lugar de destaque na geração de custos de produção, visto que o crescimento dos custos desta atividade está ligado ao crescimento e demanda da necessidade da mão de obra, através da valorização real dos trabalhadores operacionais a campo.

De acordo com Berro (2014) a sucessão familiar, em muitos casos é vista como um problema do estado, devido a maioria dos descendentes não garantir interesse nas atividades leiteiras desenvolvidas. A principal preocupação por parte dos produtores leiteiros do estado está no incomodo em não garantir que todos os esforços, legado, infraestrutura, entre outros itens de propriedade familiar, seja destinado a venda, ou ao compartilhamento de utilização, sem que ao menos seja destinado a um membro familiar, principalmente pelo fato emotivo levar a produtores destinar rumores diferentes para os bens familiares ali construídos (GARCIA, 2012).

Os agricultores que pretendiam expandir a atividade leiteira tinham áreas de terra maiores, maior capacidade do tanque, instalações de ordenha mais modernas, mais alojamentos disponíveis para vacas eram mais propensos a ter um sucessor (O'DONNELL; HORAN; BUTLER; SHALLOO, 2011). Fazendas sem sucessores e com operadores mais velhos são mais propensas a sair da atividade (DONG; HENESSY; JENSEN; VOLPE, 2016).

As características estruturais e as condições de trabalho parecem não ser os fatores propulsores da intenção de sucessão familiar em propriedades leiteiras, o que sugere a existência de outros incentivos. As más condições de trabalho podem ameaçar a sucessão familiar a muito longo prazo (BÁNKUTI et al., 2018)

Os resultados do estudo mostram que a maioria dos jovens agricultores argumenta que trabalhar em fazendas leiteiras requer tempo e esforço; salário complicado, trabalho sujo e pouco atraente. Mais de 50% dos potenciais sucessores têm o sonho de trabalhar fora do negócio de vacas leiteiras (FIRMAN et al., 2019).

Como resultados, destaca-se que a falta de sucessor foi o principal aspecto encontrado para a saída de produtores rurais da atividade leiteira; enquanto que a renda mensal propiciada pela atividade foi o motivo principal para permanência destes (BREITENBACH, et al., 2020). De acordo com o Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite no Rio Grande do Sul – 2021, a falta ou deficiência de mão de obra e a falta de descendentes ou desinteresse deles na atividade representava 44,3% e 39,7% respectivamente do motivo para os produtores saírem da atividade.

3.3 LEGISLAÇÕES

Existem algumas legislações voltadas para os produtores de leite do estado RS, alicerçadas a políticas públicas para difusão e sucesso da atividade na região como um todo, algumas dessas providências utilizadas, são programas, como: Programa de Qualidade na Produção; e Transporte e Comercialização do Leite do RS (BERRO, 2014). Para Kliemann (2016) as legislações vigentes no estado RS, almejam garantir um leite como um produto alimentício livre de patógenos e contaminantes que possam contribuir a saúde de seus consumidores, assim através da legislação torna-se possível limitar a comercialização de produtos adulterados, e que não respeitem as suas características físicas de produção.

Breitenbach; Rosolen (2019) ressaltam sobre alguns principais desafios para a comercialização do leite do estado, como sendo para alguns produtores as quais apresentam déficit em investimentos e tecnologia, sobre a adequação a legislações do estado, acarretando na sua perda de competitividade frente a comercialização do seu produto. Por outro lado, produtores que se adequem a exigência estadual para a comercialização do leite cru, tendem a aumentar as suas produções, devido a demanda de mercado, acarretando em melhorias para o seu sistema de produção, como a produção de um alimento saudável, regulamentado, proporcionando assim uma inserção mais favorável aos produtores no mercado, devido principalmente a sua melhoria de renda (KLIEMANN, 2016).

De acordo com Pelin (2018) as instruções normativas 76 e 77 atualizadas no ano de 2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, as novas regras fixadas para atendimento a produção de leite no estado exigem características do sistema de produção, como: Qualidade, segurança do consumidor, organização da propriedade, adaptação a tecnologias em instalações e equipamentos, formação e capacitação de responsáveis, controle sistemático de mastites, tuberculose e brucelose, entre outros. Os autores ressaltam que esta atualização é encarada como uma oportunidade e um desafio de forma simultânea, pois o processo de adaptação para atendimento a estas normativas, exigem cuidados especiais e altos investimentos. Para casos do não atendimento a estas, muitas vezes pela falta de conhecimento ou orientação por parte do produtor, pode comprometer a sua inserção em um mercado de comercialização cada vez mais competitivo (MAPA, 2017).

De acordo com Camargo (2018) o maior desafio encontrado neste seguimento, é proveniente de produtores os quais não conseguiram acompanhar o andamento da modernização dentro da atividade leiteira, resultando na venda da propriedade, troca de

atividade agropecuária, dando entrada a diversas outras atividades produtoras na região, porém com produções consideradas baixas. Através disto, a existência de alguns programas voltados ao associativismo, foi considerado viável atendendo produtores, extensionistas, governos, estados, entre outros órgãos criando um elo de relacionamento, e conseqüentemente levando uma maior tecnologia ao campo, a fim de evitar que ocorresse o déficit de produção da cadeia leiteira no estado.

3.4 COMERCIALIZAÇÃO E PREÇOS

De acordo com Breitencach e Rosolen (2019) o principal pivô e desafio da produção de leite no RS, ainda é considerado a instabilidade dos preços devido a este proporcionar uma baixa margem unitária de lucro para os produtores, impulsionando que este procure aumentar de forma impactante a sua escala produtiva, para que possa garantir um maior resultado, porém com maiores chances de riscos.

Na perspectiva de Marin et al., (2011) apesar deste aspecto ser vivenciado em outras atividades agropecuárias, exige um aumento constante da escala produtiva para que o seu negócio seja mantido presente no mercado. Entretanto, para o leite o inverso ocorre, onde a margem de lucro unitária apresenta-se reduzida a cada ano, principalmente pela necessidade do produtor em realizar grandes investimentos em tecnologias, fato este que cria necessariamente um aumento na sua escala produtiva, a fim de viabilizar o negócio familiar.

A instabilidade do preço de comercialização deste produto, são influenciados por diversos fatores (BREITENCACH; ROSOLEN, 2019). Os quais iniciam-se pelas políticas econômicas, sazonalidade de produção, controle sanitário, qualidade do produto e comportamento do mercado principalmente. De acordo com Meneguini (2011) o excesso em grande oferta de leite encontrado no mercado, pode provocar a queda do seu preço. Este período no RS, ocorre geralmente nos seis primeiros meses do ano, onde o consumo deste produto é baixo, e a oferta alta, devido este momento ser desencadeado pelas altas temperaturas, acarretando em um menor consumo de leite, porém neste período a oferta de pastagem é maior em relação ao inverno, ocasionando um maior volume na produção de leite conseqüentemente.

Para Camilo (2019) o mercado internacional reflete significativamente no estado, devido ao grande volume de exportações, grandes indústrias podem condicionar os preços pagos ao elo da cadeia mais frágeis, ou seja, o produtor, o qual da mesma forma manterá a comercialização do seu produto, devido em a maioria das vezes dependerem unicamente deste sistema de produção para sua sobrevivência.

De acordo com o relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul – 2021, o descontentamento em relação a remuneração pelo leite, representava um fator preponderante para 36,8%, as dificuldades em atender as exigências das indústrias com 17,6% e o desinteresse das indústrias de adquirir leite com 4,1% dos produtores entrevistados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da grande oscilações de preços pagos ao produtor gaúcho, a produção leiteira pode ser identificada como uma atividade estratégica para o desenvolvimento do estado, necessitando assim da presença de produtores ativos da cadeia de produção, bem como um sucesso da sucessão do responsável pela propriedade, para que não ocorra um prejuízo em termos de menores produções para o RS, o qual apresenta-se com importante papel social na geração de empregos e produção de matéria prima para a economia do estado.

De modo geral, os resultados dos trabalhos apontam a existência de múltiplos fatores na desistência dos produtores da atividade, tanto internos como externos aos produtores e a produção. Neste sentido, visualiza-se um cenário em que as atividades leiteiras desenvolvidas nas propriedades gaúchas podem ser descontinuadas.

REFERÊNCIAS

ANDREATTA, T; MATTE, A; SPANEVELLO, R. M; LAGO, A. Agricultura e Pecuária Familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.15, n.1, 19-33, 2019.

ASSIS, J; FERREIRA, J. D; MARTINS, H. H; SCHNEIDER, M. B. Cadeia produtiva de leite no Brasil no contexto do comércio internacional. **Ver. Cien. Empres. UNIPAR**. v.17, n.1, p.63-93, 2016.

ATLAS SOCIOECONÔMICO – RIO GRANDE DO SUL, 2019. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/leite> Acesso: 28 mar. 2021.

BERRO, R. Sistema local de produção de leite em Itaqui, Rio Grande do Sul: caracterização e diferenciação dos estabelecimentos formais. 7º Encontro de Economia Gaúcha – FEE. In: **Anais...** Porto Alegre, 2014.

BILHAR, J. Em 30 anos, população rural do RS registra queda de 37% diz IBGE. **G1 – Campo e Lavoura**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2017/03/em-30-anos-populacao-rural-do-rs-registra-queda-37-diz-ibge.html>

Acesso: 29 mar. 2021.

BONAMIGO, I. S; HEISLER, L; RENK, A. A. Estratégias de Reprodução Social no Rural da Microrregião de Pinhalzinho (SC). **Extensão Rural**, v. 25, n. 2, pp. 31-51, 2018.

BORDULIS, D. C; BASSO, C. V; KREMPACKI, E. M. Perspectivas sobre jovens rurais: Marcelino Ramos – RS. **In Anais...: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS**, 2016.

BREITENBACH, R; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.17, n.2, p.1-34, 2019.

BREITENBACH, R; CORAZZA, G; BRANDÃO, J. B. O QUE DESESTIMULA A ATIVIDADE LEITEIRA EM ESTABELECIMENTOS FAMILIARES? WHAT DOES THE DAIRY ACTIVITY IN FAMILY ESTABLISHMENTS DESISTIMATE?. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR*. V. 16, N. 1, P. 100-113, jan-abr/2020. Taubaté, SP, Brasil.

BREITENBACH, R; ROSOLEN, G. B; Produção de leite do Rio Grande do Sul: Análise estratégica das oportunidades e desafios. **In Anais...: 8º FÓRUM INTERNACIONAL ECOINNOVAR**. Santa Maria – RS, 2019.

BRUM, A. L. **Cadeias produtivas e o desenvolvimento endógeno**: casos do noroeste gaúcho. Ijuí: Unijuí, 2012

BRUM, A. L; KELM, M; ALBORNOZ, M. A cadeia produtiva do leite: Um estudo contextual entre o Rio Grande do Sul (Brasil) e Buenos Aires (Argentina). **Sistemas Locais de Produção**. n.1, v.2, 2015.

CAMAGO, A. Desafios da Produção de leite. **Embrapa**. Pecuária Sudeste. Bovinocultura Leiteira, São Carlos – SP, 2018.

CAMILO, P. J. A internacionalização do mercado brasileiro de derivados lácteos – análises sobre a atuação de oligopólios, oligopsônios e Trade Company. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 260-275, maio 2019. ISSN 2177-5230.

CASTRO, C. C; PAULA, A. D; MARRUELLA, J. L; MÜLLER, L. A; ANGST, A. N. **Revista de Administração Contemporânea**. v.1, n.2, 1998.

GARCIA, T; Esvaziamento de jovens no campo alerta impacto na agricultura familiar. **Revista Letras da Terra**. v.5, n.32, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores IBGE - **Estatística da Produção Pecuária Junho de 2017**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/aba-te-leite-couro-ovos> Acesso: 30 mar. 2021.

INSTITUTO GAÚCHO DO LEITE – IGL; EMATER. **Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS. Emater/ RS – Ascar. 2015. 76 p.

FACIONI, D., PEREIRA, M. W. G.; análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no Estado de Mato Grosso do Sul, **Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras**, v.17, n. 1, p.119-136, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/878/87838281010/index.html> Acesso: 29 mar. 2021.

FERRAZZA, R. A., *et al.* Zootechnical and economic performance index of milk production systems with different types of labor. **Revista Cienc. anim. bras.** v.16, n.2, p.193- 204 abr./jun. 2015.

FERREIRA, V; Pesquisa traça perfil da cadeia do leite gaúcha, 2015. **Globo Rural**. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/Leite/noticia/2015/05/pesquisa-traca-perfil-da-cadeia-do-leite-gaucha.html> Acesso: 29 mar. 2021.

KLIEMANN, J. G. **Lei nº 14.835 de 06 Janeiro 2016**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=315047> Acesso: 30 mar. 2021.

LEITE, J. L. B. **Comércio Internacional de Lácteos**. 2 ed. Ver. E ampl. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2009.

MINISTÉRIO DA PECUÁRIA, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – MAPA; **Plano mais pecuária**. Brasília: MAPA, 2017.

MARIN, S.R; CAVALHEIRO, A.G; ANSCHAU, D. Sazonalidade do preço do leite no Rio Grande do Sul. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 2, p. 361-364, 2011.

MARTINS, P. do C. Políticas públicas e mercados deprimem o resultado do sistema agroindustrial do leite. Juiz de Fora: Embrapa Gado de leite, 2004. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/agroindustria/livros/POLITICAS%20PUBLICAS%20E%20MERCADOS%20DEPRIMEM%20O%20RESULTADO%20DO%20SISTEMA%20AGROINDUSTRIAL%20DO%20LEITE.pdf>. Acesso em 10 out. 2013.

MATTOS, A; BRUM, A. L; A cadeia produtiva de leite no Noroeste gaúcho. **Revista Perspectiva**. v.41, n.154, p.75-83, 2017.

MAZZUCHETTI, R. N.; RODRIGUES, K. F.; RAMOS, M. J. Política comercial brasileira no pós-crise: uma discussão sobre a inércia da rodada doha. In: Mirian Beatriz Schneider Braun. (Org.). **A Inserção Internacional do Agronegócio Brasileiro no Pós Crise: A Atuação da OMC, Barreiras e Políticas Comerciais**. 1ed.Curitiba: Ledze, 2014, v. 1, p. 133- 152.

MENEZHINI, R. C. M. **Questões que afetam o preço do leite e empreendimentos leiteiros**. MilkPoint. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/radar-tecnico/gerenciamento/questoes-que-afetam-o-preco-doleite-e-empreendimentos-leiteiros-72157n.aspx>. Acesso: 30 mar. 2021.

NETTO, V. N; GOMES, A. T. Importância econômica e social da atividade leiteira, 2015. **Embrapa – Agência de Informação**. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia8/AG01/arvore/AG01_35_217200392358.htm Acesso: 28 mar. 2021.

NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo Marzabal. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

PELINI, A. M. **Secretária da agricultura pecuária e irrigação**, PROA, 2018. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201911/12153457-in-n-052018-leite.PDF>
Acesso: 30 mar. 2021.

RADIOGRAFIA DA AGROPECUÁRIA GAÚCHA, 2019. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201909/04160605-revist-final-revisada>
Acesso: 28 mar. 2021.

REVISTA BALDE BRANCO. **Desde 2001, nunca se importou tanto**. São Paulo, Edição 580, Ano 49, p. 06, fev., 2013.

REDIN, E; O jovem rural conquistando o seu espaço: um [re]olhar sobre as questões sociais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, n.2, 3768-377, 2012.

SEAPI. Itens que compõem a lei do leite gaúcho. **Balde Branco**. Disponível em: <https://www.baldebranco.com.br/lei-do-leite-entra-em-vigor-no-sul/> Acesso: 31 mar. 2021.

SCHUMACHER, G. **Produção de leite no Rio Grande do Sul**: A distribuição espacial e a relação de dependência entre os municípios. (Dissertação 104f) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA – RS, 2013.

SCHNEIDER, S; RADOMSKY, G. F. W; Evolução demográfica e ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. v.32, n.1, 2002.

STRATE, M. F. D; CONTERATO, M. A. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Redes**, v.24, n.1, 227-245, 2019.

TROIAN, A; BREITENBACH, R. A questão da juventude na contemporaneidade: estudo dos projetos de vida em Arroio do Tigre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n.44, 260-284, 2018.

ZAGONEL, T. R. A cadeia produtiva do leite: discussões sobre a crise do setor lácteo na região celeiro do estado do Rio Grande do Sul. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 191-205, ago./dez. 2016.